

PF indicia Bolsonaro, Braga Netto e 35 em inquérito de trama golpista



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante entrevista coletiva em Brasília. Gabriela Biló - 20.jun.23/Folhapress

Bolsonaro e mais 36 pessoas são indiciados pela PF após apuração de trama golpista

Investigadores concluem que ex-presidente da República tentou golpe para impedir posse de Lula; inquérito será enviado a Moraes

César Feitoza e Caio Crisóstomo

BRASÍLIA A Polícia Federal encerrou apurações sobre tentativa de golpe de Estado em 2022 e concluiu que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de uma trama para impedir a posse de Lula (PT). Foram indiciados Bolsonaro e mais 36 pessoas, incluindo o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e vice em 2022 na chapa derrotada. Militares são maioria entre os suspeitos — 25 no total.

Também integram a lista o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, o ex-diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) Alexandre Ramagem, hoje deputado federal, e o ex-ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) Augusto Heleno, esse general da reserva.

O inquérito será enviado para o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF. O indiciamento aponta 37 nomes como suspeitos dos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosas. Ainda não se sabe se o ataque golpista de 8 de janeiro de 2023 faz parte da trama considerada pela PF.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) deverá avaliar os indícios para decidir se denuncia o ex-presidente. Se a denúncia for apresentada, a Justiça decide se torna Bolsonaro réu.

Declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) até 2030 por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral, o ex-presidente foi indiciado neste ano

pela Polícia Federal em três inquéritos: sobre as joias, a falsificação de certificados de vacinas contra a Covid-19 e, agora, a tentativa de golpe de Estado.

Caso seja condenado pelos crimes ligados à trama golpista, Bolsonaro poderá pegar uma pena de até 28 anos de prisão e ficar inelegível por mais de 30 anos.

Na tarde desta quinta-feira, após a notícia sobre o indiciamento, Bolsonaro falou com o portal Metrópoles e em seguida divulgou a declaração em suas redes sociais na qual critica a condução do inquérito por Moraes.

Segundo a PF, as provas foram obtidas "por meio de diversas diligências policiais realizadas ao longo de quase dois anos, com base em quebra de sigilos telefônico, telefônico, bancário, fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário".

As investigações apontaram, segundo a nota, uma estrutura por meio de divisão de tarefas, com a existência dos seguintes grupos: Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral; Núcleo Responsável por Incitar Militares a Aderirem ao Golpe de Estado; Núcleo Jurídico; Núcleo Operacional de Apoio às Ações Golpistas; Núcleo de Inteligência Paralela; e Núcleo Operacional para Cumprimento de Medidas Coercitivas.

Com a entrega do relatório, a PF afirma ter encerrado essas investigações. A conclusão do inquérito acontece uma semana após um atentado com explosões

na praça dos Três Poderes e dois dias após a corporação cumprir mandados de prisão contra quatro militares e um policial federal que teriam montado um plano para matar Lula, o vice, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro Alexandre de Moraes, que autorizou a operação policial.

O lado golpista de Bolsonaro é conhecido de longa data. Saudosista da ditadura militar (1964-1985), ele reiterou ao longo de anos sua tendência autoritária e seu desprezo pela democracia.

Lula derrotou o então presidente em 2022 após uma acirrada disputa de segundo turno. Durante seu mandato e após a derrota, o hoje inelegível Bolsonaro acumulou declarações golpistas. Bolsonaro questionou a legitimidade das urnas, ameaçou não entregar a Presidência a Lula após a derrota eleitoral, atacou instituições como o STF e o TSE e estimulou a população a participar de atos golpistas.

A investigação sobre a trama golpista teve seus principais avanços em fevereiro deste ano. A PF realizou na época a maior operação deste caso, mirando Bolsonaro, aliados e militares envolvidos em discussões para viabilizar um golpe de Estado.

Os planos discutidos no Palácio da Alvorada no fim de 2022 miravam a edição de um decreto que anulava o resultado das eleições, sob a falsa alegação de fraudes nas urnas. A primeira versão do texto golpista foi apresentada a Bolsonaro pelo assessor Felipe Martins, segundo a investigação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 6